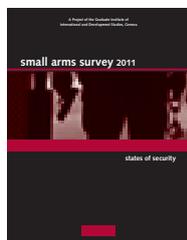


Levantamento de Armas Leves 2011

AS CONDIÇÕES DA SEGURANÇA



No estudo de vários aspectos sobre o fornecimento de segurança, o *Levantamento de Armas Leves de 2011* analisa o crescimento da indústria da segurança privada e seus arsenais de armas de fogo em todo o mundo; o emprego de empresas de segurança privada pelas corporações multinacionais; o uso de novas tecnologias de armas entre as forças policiais ocidentais; e o controle legislativo sobre a posse de armas pelos cidadãos em 42 jurisdições por todo o mundo. O estudo de caso oferece uma pesquisa inédita sobre os contínuos desafios de segurança na Côte d'Ivoire, Haiti e Madagascar. Esta edição apresenta também o Barômetro de Transparência do Comércio de Armas Leves de 2011, uma estimativa do comércio autorizado anual de armas leves e uma revisão dos desenvolvimentos relacionados ao controle de armas leves das Nações Unidas.

O *Levantamento de Armas Leves* é produzido anualmente por uma equipe de pesquisadores sediada em Genebra, na Suíça, e por uma rede de informações de pesquisadores locais, espalhada por todo o mundo. O levantamento têm sido avaliado por políticos, por diplomatas, e por organizações não governamentais como um recurso vital para a análise tópica de problemas relacionados com as armas leves, e as estratégias para a redução da violência armada.

Elogio ao *Levantamento* de 2011 por J. Brian Atwood, presidente do Comitê de Ajuda e Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico:

'Os estudos de caso e análises contidas no *Levantamento de Armas Leves 2011* pretendem beneficiar políticos, pesquisadores e todos aqueles interessados na compreensão e nas respostas à segurança moderna e aos desafios do desenvolvimento'

Conclusões chave

Empresas de Segurança Privada

- Tendo como base uma análise de 70 países, o *Levantamento de Armas Leves 2011* estima que o setor formal da segurança privada emprega entre 19,5 e 25,5 milhões de pessoas em todo o mundo. O número de funcionários da segurança privada tem crescido num ritmo acelerado desde meados dos anos oitenta e ultrapassa o número de policiais a nível global.
- As empresas de segurança privada (PSCs) possuem entre 1,7 e 3,7 milhões de armas leves em todo o mundo, numa estimativa baseada em extrapolações feitas a partir de inventários relatados. Se a guarda não declarada e ilegal de armas forem incluídas, os arsenais seriam, sem dúvida, maiores.
- Globalmente a reserva de armas de fogo das PSCs é apenas uma fração do estoque das agências de segurança pública (26 milhões) e das forças armadas (200 milhões).
- Enquanto vários países proibiram oficialmente o uso de armas leves pelas PSCs, as reservas das empresas de segurança privada em algumas áreas afetadas por conflitos equivalem a mais do que três armas para cada empregado.
- Fora das áreas de conflito armado, as PSCs mais bem armadas estão na América Latina, com índices de armas por empregado quase dez vezes mais altos do que na Europa Ocidental.
- As PSCs que trabalham no Afeganistão e no Iraque foram equipadas com fuzis de assalto automáticos, metralhadoras, fuzis de precisão, e, em alguns casos, com foguetes lançadores de granadas, levantando dúvidas sobre as suas funções ditas 'defensivas'.
- O rápido crescimento do setor da segurança privada tem ultrapassado os mecanismos de regulação e controle. Iniciativas internacionais para enfrentar as falhas de regulamentação ainda estão dando seus primeiros passos.
- A diluição progressiva das distinções entre as forças de segurança pública e privada desafia a hipótese de que as corporações multinacionais (MNCs) possam recorrer às PSCs para evitar o emprego das forças de segurança pública, que possuem históricos negativos em relação aos direitos humanos.
- Embora existam mecanismos legais e não vinculativos para manter as MNCs responsáveis pelo emprego da segurança privada, obstáculos importantes para o uso de tais mecanismo ainda são persistentes.
- Começaram a surgir normas de boas práticas em relação ao emprego de segurança privada pelas MNCs, principalmente através dos Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos. Nenhuma pesquisa sistemática foi feita sobre a sua implementação, de qualquer forma, os signatários enfrentam poucas consequências pela falha no cumprimento dos princípios acordados.

O comércio de armas ligeiras

- O comércio anual de armas ligeiras é estimado em 1,1 bilhão de dólares. Isto inclui 755 milhões de dólares para armas antitanque guiadas (ATGWs), 102 milhões de dólares para sistemas de defesa aérea *man-portable* (MANPADS) e 257 milhões de dólares para quatro tipos de armas ligeiras não guiadas.
- O comércio internacional de MANPADS parece pequeno. Somente 18 dos 74 países sob avaliação importaram qualquer MANPADS entre 2003 e 2009, e somente 12 países importaram mais de que 100 unidades. Porém, dado às limitações das informações, estes números são calculados por baixo.
- A guerra no Iraque e Afeganistão contribuíram para um crescimento significativo da aquisição de armas antitanque guiadas. Por exemplo, as importações feitas pelo Reino Unido de Javelin ATGWs de 2005 a 2009 excedeu o total das importações de 2000 a 2004 em 5.331 unidades, num crescimento de 4.000 por cento.

Transparência

- O Barômetro de Transparência de Armas Leves de 2011 identifica a Suíça, o Reino Unido, a Alemanha, a Sérvia e a Romênia como os países mais transparentes entre os maiores exportadores de armas leves e armas ligeiras.
- O Barômetro de 2011 identifica como os principais países exportadores menos transparentes o Iran e a Coreia do Norte, ambos com uma pontuação igual a zero.

Principais exportadores e importadores

- Em 2008 os principais exportadores de armas leves e armas ligeiras (aqueles que anualmente exportam no mínimo 100 milhões de dólares), de acordo com os dados alfandegários disponíveis, foram (em ordem decrescente) os Estados Unidos, a Itália, a Alemanha, o Brasil, a Suíça, Israel, a Áustria, a Coreia do Sul, a Bélgica, a Federação Russa, a Espanha, a Noruega e o Canadá.
- Em 2008 os principais importadores de armas leves e armas ligeiras (aqueles que anualmente importam no mínimo 100 milhões de dólares) de acordo com os dados alfandegários disponíveis, foram (em ordem decrescente) os Estado Unidos, o Canadá, o Reino Unido, a Alemanha, a Austrália, a França e o Paquistão.

O uso de novas tecnologias pela polícia.

- Enquanto as agências de segurança da Europa Ocidental ainda usam de maneira predominante pistolas 9 mm para o policiamento da ordem pública, as agências de segurança pública norte americanas adquirem pistolas de grosso calibre e rifles semi-automáticos para fazer frente à violência criminal armada.
- A mais nova geração de armas 'menos letais' permite que os policias atinjam alvos a uma distância maior e oferece mais flexibilidade no uso de força, passando por todo o espectro de armas não letais e letais.
- A política do uso de força não tem se atualizado com a aquisição de algumas novas tecnologias de armas pelas organizações policiais.

Regulamentação Nacional sobre a posse de armas civil

- A diferenciação fundamental pode ser feita entre as jurisdições que consideram a posse de arma pelos cidadãos civis como um direito básico e aquelas que consideram como um privilégio.
- Quase todos os Estados analisados no Levantamento de Armas Leves 2011 proíbem ou restringem o acesso de civis à armas que eles consideram inadequadas para o uso civil.
- A grande maioria dos países analisados possuem um sistema de licenciamento que é capaz de impedir de que certos tipos de cidadãos civis possuam armas. Ao fazer a sua avaliação, porém, muitos usam uma considerável discricão, ao invés de seguir critérios específicos.
- Muitos países estudados registram as armas de fogo ou mantém um cadastro de proprietários de armas de fogo, estes países tendem a ter um sistema centralizado de registro.
- A maioria dos países analisados requerem dos civis, que estes tenham uma 'razão genuína' para a posse de arma.
- Alguns países analisados permitem a posse de armas de fogo para a auto-defesa, enquanto outros recusam explicitamente pedidos de licença para estes fins.

Estudo de caso: Côte d'Ivoire

- A pesquisa realizada em Côte d'Ivoire em 2010 mostra que, ao contrário da suposição geral, os fornecedores de segurança estaduais não são melhores que os rebeldes no desempenho de suas funções.
- Por toda a Côte d'Ivoire, a população não tem confiança em suas forças de segurança; contudo, as pessoas dentro das zonas Centro Norte e Oeste (CNO), no norte, apresentam um grau mais alto de desconfiância em relação a suas 'Forças Novas' (*Forces Nouvelles-FN*) do que aqueles que vivem no sul possuem em relação às forças de segurança nacionais.
- Os tipos de insegurança que prevalecem na área controlada pelo governo e nas zonas mantidas pelos rebeldes são relativamente semelhantes, incluindo banditismo e conflitos motivados por recursos.

- Apesar da percepção da insegurança ser maior na área conduzida pelos rebeldes, os civis na zona controlada pelo Governo possuem a mesma probabilidade de se tornarem vítimas de violência armada.
- Enquanto a maioria dos incidentes de violência armada na zona CNO são praticados com rifles de assalto, a maior parte dos incidentes de violência armada na zona do governo envolvem armas brancas, seguido por pistolas e rifles de assalto.
- As deficiências das forças de segurança associadas ao nível de insegurança têm encorajado a surgimento de uma ampla gama de mecanismos de confrontação, incluindo a autodefesa de comunidades e os grupos de vigilância, que por sua vez criam novas formas de insegurança. Além disto, o setor de segurança privada tem crescido rapidamente e sem qualquer forma de regulação.
- A posse de armas de fogo é comum e, diferente de outros países e regiões, quase a metade da população considera as armas de fogo como um meio de proteção.

Estudo de caso: Haiti

- Falta ao Haiti tanto os recursos humanos quanto a capacidade infra-estrutural para policiar o seu país. Seu índice de 1.05 policial para cada 1,000 habitantes está entre o mais baixos do mundo.
- O levantamento de dados local produzido desde 2004 indica, que a segurança tem melhorado no Haiti nesta última década e tem continuado a melhorar desde o terremoto de 2010. O envolvimento da polícia em atividades criminosas, como é relatado por vítimas de crimes, decaiu significativamente depois da transição para um governo eleito, em 2007.
- As conclusões dos estudos mostram que, em 2010, mais de dois terços do total da população recorreria primeiro à polícia no caso de uma ameaça à sua pessoa ou à sua propriedade.
- A distribuição de armas de fogo no Haiti pode ser mais baixa do que geralmente se tem acreditado. Em 2010, apenas 2,3 por cento das famílias da área de Porto Príncipe comunicaram a posse de armas de fogo.
- Em 2010, mais do que três quartos dos entrevistados – tanto a população geral, quanto as pessoas residentes nos acampamentos de desabrigados – dizem que um maior controle sobre o problema da licença de armas de fogo, faria as suas comunidades mais seguras.
- Apesar dos consideráveis desafios no avanço da reforma da polícia na última década, a confiança popular na Polícia Nacional do Haiti tem crescido desde o terremoto.

Estudo de caso: Madagascar

- O setor de segurança pública de Madagascar é caracterizado por forças reguladoras extremamente mal pagas e mal equipadas, um número excessivo de oficiais de alta patente e uma proliferação de unidades especiais de intervenção com mandatos suspeitos.
- As forças armadas de Madagascar estão envolvidas em lutas pelo poder político e o acesso econômico à riquezas de recursos naturais do país desde a década de 70.
- Os conflitos entre os elementos do setor de segurança do país e os interesses comerciais, tanto estrangeiros quanto locais, têm se intensificado bastante desde a crise política do início de 2009. No resultante vazio de segurança, o crime armado está crescendo, o banditismo no campo se expandiu e Madagascar está ganhando cada vez mais importância como um centro de tráfico internacional.
- A administração pública tem encorajado a organização de iniciativas de vigilância de bairros e grupos de autodefesa de povoados; ela também fechou os olhos para as operações altamente agressivas das empresas autóctones privadas de segurança, que perseguem bandidos campesinos.

O processo de armas leves a ONU

- O processo de armas leves da ONU está se tornando cada vez mais estruturado, com encontros bienais, um conselho de especialistas e conferências de avaliação agendadas agora para o Programa de Ação das Nações Unidas sobre as armas leves - PoA.
- A falta de compromisso com o PoA e o Instrumento Internacional de Investigação por parte de muitos Estados é clara, reforçada pela contínua incapacidade de concordar sobre qualquer tipo de avaliação formal e independente dos instrumentos de implementação.
- As negociações do Tratado do Comércio de Armas podem estar enfrentando a mesma resistência contra o controle internacional efetivo de armas, que o PoA enfrentou até a data de hoje.

Para maiores informações queira entrar em contacto com:

Small Arms Survey, Avenue Blanc 47, 1202 Genebra, Suíça

t +41 22 908 5777 • **f** +41 22 732 2738 • **e** sas@smallarmssurvey.org • **w** www.smallarmssurvey.org

Data da publicação: Julho de 2011 • Brochura: ISBN 978-0-521-14686-9 • Encadernação: ISBN 978-0-521-19712-0

Os exemplares desta publicação podem ser adquiridos via www.cambridge.org e através de livrarias online, inclusive www.amazon.com. Exemplares dos estudos podem ser obtidos sob encomenda.